MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DA AGRICULTURA E PESCAS E DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 227/81
de 4 de Março

Considerando que o sistema de pagamento diferenciado à produção de leite, instituído pela Portaria n.º 336/80, de 19 de Junho, deixa de produzir efeitos a partir de 16 de Fevereiro de 1981;

Considerando que a situação actual da agricultura nacional, nomeadamente a do sector leiteiro, se debate com problemas inerentes à seca prolongada que se tem feito sentir no País;

Considerando que não é possível em curto espaço de tempo reformular a portaria vigente, de molde a ajustá-la às realidades e necessidades actuais;

Assim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 45 835, de 27 de Julho de 1964, e do Decreto-Lei n.º 138/79, de 18 de Maio:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, o seguinte:

1.º São mantidos em vigor os suplementos de sazonalidade por litro de leite a pagar à produção constantes no ponto 2 do n.º 3.º da Portaria n.º 336/80, de 19 de Junho, até à publicação de novo diploma orientador.

2.º Este diploma não é aplicável às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

3.º O presente diploma entra em vigor a partir de 16 de Fevereiro do corrente ano.

Ministérios das Finanças e do Plano, da Agricultura e Pescas e do Comércio e Turismo, 13 de Fevereiro de 1981. — O Ministro das Finanças e do Plano, *João António de Moraes Leitão*. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS

Portaria n.º 228/81
de 4 de Março

Com fundamento no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 513-D/79, de 24 de Dezembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura e Pescas, o seguinte:

1.º Os requerimentos necessários à obtenção de licença para plantações de vinhas novas poderão, nos casos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 513-D/79, ser apreciados pelos serviços competentes logo após a data da sua entrega.

2.º O regime relativo às licenças de plantação contido no n.º 4 do artigo 18.º do decreto-lei citado no número anterior considera-se aplicável ao registo das vinhas referido no artigo 19.º do mesmo diploma.

3.º A condição exigida pelo disposto na alínea a) do artigo 4.º é aplicável às transferências ou substituições de vinha previstas no artigo 5.º do mencionado decreto-lei.

4.º Quando as plantações se situem em terrenos de aluvião, deverá ser considerado, nos casos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 513-D/79, o consignado na alínea c) do seu artigo 4.º

Ministério da Agricultura e Pescas, 12 de Fevereiro de 1981. — O Ministro da Agricultura e Pescas, *António José Baptista Cardoso e Cunha*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

Gabinete do Ministro

Despacho Normativo n.º 77/81

Tendo em conta o disposto no artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 28/81, de 12 de Fevereiro, os Despachos Normativos n.ºs 62/81 e 63/81, publicados no *Diário da República*, 1.ª série, de 13 de Fevereiro, produzem efeitos a partir de 12 de Janeiro de 1981.

Ministério do Comércio e Turismo, 16 de Fevereiro de 1981. — O Ministro do Comércio e Turismo, *Alexandre de Azeredo Vaz Pinto*.

MINISTÉRIO DA QUALIDADE DE VIDA

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Despacho Normativo n.º 78/81

Verifica-se que, mau grado o sobredimensionamento dos quadros de pessoal das empresas públicas e intervencionadas do sector da comunicação social e a situação económica difícil em que algumas foram declaradas, se vêm, um tanto indiscriminadamente, promovendo admissões de pessoal e alargamento de quadros.

É certo que se encontra em curso a reestruturação interna dos serviços de algumas empresas, no sentido de uma maior racionalização de meios técnicos e humanos, o que não permite, por enquanto, determinar quais as áreas excedentárias e quais as suas possibilidades de reconversão e reciclagem.

Por outro lado, outras têm já em andamento a negociação dos ASEF, que, por si só, vai limitar as possibilidades de alargamento dos quadros de pessoal.

Todavia, numa óptica de contenção de despesas e aproveitamento dos efectivos existentes, urge restringir as novas admissões ao estritamente necessário e responsabilizar as empresas pelos quadros de pessoal que aprovam no âmbito da sua gestão.

Assim, determina-se o seguinte:

1 — As empresas públicas e intervencionadas do sector da comunicação social deverão, no prazo de trinta dias a contar da data da publicação deste despacho, submeter à apreciação e aprovação do Secretário de Estado da Comunicação Social os seus quadros de pessoal e as alterações previsíveis para os mesmos, eventualmente a introduzir durante cada ano.

2 — Até à aprovação dos quadros de pessoal ou das suas alterações, não haverá lugar a quaisquer novas admissões de pessoal, a prazo ou não.

3 — Exceptuam-se do âmbito do presente despacho normativo as empresas que tenham já celebrado o acordo de saneamento económico e financeiro.

Ministério da Qualidade de Vida, 16 de Fevereiro de 1981. — O Secretário de Estado da Comunicação Social, *Luís de Oliveira Fontoura*.

Despacho Normativo n.º 79/81

O Despacho Normativo n.º 75/80, de 5 de Março, estabelece o princípio de prioridade dos ex-trabalhadores da comunicação social estatizada para qualquer nova admissão nos quadros das empresas públicas e intervencionadas do sector.

Sucedem, porém, que os mecanismos e trâmites aí previstos se têm revelado, por razões de vária ordem, inadequados às realidades concretas e incapazes de garantir a prossecução daquele objectivo.

Com vista a superar esta situação, determina-se o seguinte:

1 — Para qualquer nova admissão nos quadros de pessoal das empresas públicas e intervencionadas da comunicação social terão prioridade absoluta os ex-trabalhadores do sector em situação de desemprego.

2 — A Divisão de Relações Públicas da Secretaria de Estado da Comunicação Social elaborará e manterá actualizado um ficheiro, por profissões, último posto

de trabalho e data de início da situação de desemprego, dos ex-trabalhadores das empresas públicas e intervencionadas do sector.

3 — As empresas públicas ou intervencionadas da comunicação social que pretendam proceder a novas admissões de pessoal deverão fundamentar tal propósito e solicitar à Divisão de Relações Públicas a indicação de um ou mais candidatos constantes dos ficheiros referidos no número anterior, promovendo posteriormente a selecção dos mesmos.

4 — Com vista a fazer face a tarefas urgentes, transitórias e inadiáveis, poderão as empresas proceder a contratações a prazo, nos termos da legislação sobre essa matéria e observando o estipulado nos números anteriores.

5 — Todas as admissões de pessoal deverão ser previamente comunicadas pelas empresas à Secretaria de Estado da Comunicação Social.

6 — Carecem de prévia aprovação e autorização do Secretário de Estado da Comunicação Social as admissões que não possam ser feitas nos termos do presente despacho normativo, devendo, neste caso, as empresas fundamentar convenientemente as suas propostas.

7 — É revogado o Despacho Normativo n.º 75/80, de 5 de Março.

Secretaria de Estado da Comunicação Social, 16 de Fevereiro de 1981. — O Secretário de Estado da Comunicação Social, *Luís de Oliveira Fontoura*.